

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(AUTORIA)

Dispõe sobre medidas para fomentar o uso do gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais e altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas para fomentar o uso do gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais com o objetivo de atrair investimentos para a expansão da indústria no Brasil, promover a sua competitividade nos mercados interno e externo e agregar maior valor ao gás natural através de salários, benefícios, encargos sociais e impostos.

Art. 2º O gás natural matéria prima deverá ser comercializado entre os Agentes da Indústria do Gás Natural e, respeitada a legislação estadual pertinente, entre esses e os usuários de gás matéria prima de forma a assegurar sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externo para a promoção da competitividade da indústria brasileira.

Parágrafo único. As empresas que efetivamente adotem o gás matéria prima em processos produtivos industriais deverão ser enquadradas como usuárias de gás matéria prima e no caso de eventual utilização do gás natural para combustão pela mesma unidade usuária, respectivo consumo deverá ser objeto de medição e faturamento específico, segregando-se os valores devidos conforme o consumo e correspondente preço aplicável a cada finalidade.

Art. 3º O uso do gás natural como matéria prima será viabilizado por meio de critérios e condições destinados à implementação de operação de securitização do óleo que cabe à União em decorrência dos contratos de partilha na parcela máxima de 5% da produção prevista, de forma a constituir um fundo de investimento com as funções precípuas de

(a) ressarcir o produtor da diferença entre preço do gás natural energético e preço do gás natural matéria prima por um período de cinco anos; e

(b) promover o financiamento de estudos e projetos de aproveitamento do gás natural como matéria-prima.

Art. 4º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46. A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60, e excepcionalmente, pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados da criação de Fundo de Investimento específico, a parcela de até 5% (cinco por cento) da produção prevista será destinada a:

(a) ressarcir o produtor da diferença entre preço do gás natural energético e preço do gás natural matéria prima, conforme formulação a ser estabelecida em regulamento específico; e

(b) promover o financiamento de estudos e projetos de aproveitamento do gás natural como matéria-prima.”

“Art. 49. Constituem recursos do FS:

I - parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;

II - parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção, na forma do regulamento;

III - receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei e respeitado o disposto no art. 46;

IV - os royalties e a participação especial das áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de

concessão destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VI - outros recursos destinados ao FS por lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.